



www.sinasempu.org.br

ANO XIV N° 88 - SETEMBRO DE 2010

Conscientizando

Informativo do Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério Público da União - SINASEMPU

Jurídico do SINASEMPU já atende a causas particulares dos filiados

Diretoria Executiva Nacional do SINASEMPU implanta novo formato de atendimento jurídico aos filiados. Desde agosto, o sindicato passou a representar os filiados em causas ligadas às áreas administrativa, trabalhista e cível de servidores. Outra mudança na estrutura de funcionamento do setor diz respeito aos recursos humanos envolvidos na prestação do serviço. Em vez de um funcionário, duas advogadas estarão à disposição para conceder a assessoria necessária.

Leia mais nas páginas 6 a 9

Arrumando a Casa

Neste primeiro semestre da nova gestão, o esforço tem sido para arrumar a Casa. Encontramos uma entidade quase sem estrutura, o que tornava o trabalho, por vezes, improdutivo. Nosso foco tem sido organizar as rotinas, promover melhores condições de trabalho, desenvolver sistemas informatizados capazes de garantir maior agilidade na prestação dos serviços e a segurança das informações. Conseguimos reduzir os gastos com telefone do sindicato, concentrando ligações para celulares e interurbanos em nossa central. Além disso, até o celular de uso da Presidência foi limitado. O que exceder a R\$ 400,00 é reembolsado.

Temos novidades e benefícios aos sindicalizados. Um novo Jurídico foi planejado para aumentar os serviços e já se encontra em funcionamento. Agora os sindicalizados contam com advogados que farão atendimentos em dois turnos – das 9h às 11h e das 14h às 16h. Além disso, nas causas administrativas, trabalhistas e cíveis os filiados pagarão somente as custas processuais. A contratação de um novo escritório de advocacia – Ibaneis Advocacia e Consultoria – foi estratégica devido à experiência destes profissionais em processos que envolvam questões do funcionalismo. Também foi estratégica a contratação da assessoria parlamentar sob a responsabilidade da empresa Macropolítica.

Melhoramos nossa comunicação e um novo formato de boletim eletrônico foi desenvolvido para tornar a comunicação mais ágil. Enquanto o novo site não fica pronto, contratamos a expansão de serviços do atual endereço eletrônico. Nos próximos dias, novas ferramentas permitirão maior dinâmica, além da oferta de mais serviços. Novos convênios estão em negociação, bem como novidades específicas para os aposentados.

Confira um resumo da tramitação do nosso PCS – nossa principal luta – que começou em fevereiro. O SINASEMPU tem provocado inúmeras reuniões, contatos e articulações na defesa dos interesses dos servidores. No Congresso pressionamos por nosso plano nas Comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) e de Finanças e Tributação (CFT). Foi com muita alegria que vimos nosso plano aprovado por unanimidade na CTASP. Na CFT lutamos junto ao relator por um parecer favorável, ainda neste segundo semestre.

Em paralelo às atividades no Congresso, percorremos os gabinetes da PGR, da Casa Civil e do Ministério do Planejamento para sensibilizar as instituições da importância de enviar uma proposta orçamentária para 2011 que incluísse nosso plano. Em agosto, alegando que o presidente Lula decidiu que só o novo governo, a ser eleito em outubro, poderá definir pelo PCS, o Ministério do Planejamento não incluiu na proposta de Lei Orçamentária Anual (LOA) nenhum dos PCSs que tramitam no Congresso. Nem por isso deixamos de acreditar que é possível, por acordo e pressões no Congresso, uma emenda no anexo V da LOA que garanta o nosso plano. Continuamos nossas articulações na PGR, no Congresso e junto ao governo. Vamos lutar pela inclusão dos recursos, inclusive junto ao relator do Orçamento, até a votação definitiva da LOA.

O sindicato também se posicionou claramente contra a proposta de resolução, que tramita no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), sobre horário de funcionamento dos MPs. Em julho, uma sustentação oral em defesa dos interesses dos servidores foi feita pela assessoria jurídica do sindicato. A proposta teve pedido de vista conjunta e sugestão para realização de audiência pública. Até o momento, o julgamento da resolução, que previa a interrupção da prestação dos serviços no horário do almoço, foi adiada.

Boa leitura.

EXPEDIENTE

Diretoria

Presidente: Edilene Vasconcelos de Freitas

Vice-Presidente: Cleiton Custódio

Secretária-Geral: Maria Vanilda Batista Nunes

Primeiro Secretário: Luiz Alberto Bauer

Financeiro: João de Jesus dos S. Brito

Jurídico: Marcelo Falconi Cardoso e Arcelino Geraldo de Barros Filho

Políticas Sociais e Cidadania: Mário Félix da Silva

Mobilização e Formação Sindical: José Marcos Lisboa dos Santos

Comunicação e Imprensa: Ricardo Honorato

Suplentes: Amaro Florêncio da Silva

Maria Aparecida do Carmo Lopes

Comunicação

Diretor: Ricardo Honorato

Equipe

Redação e edição: Cássia Relva (Reg. Prof. 7242-DF)

Luanna Ramos (Reg. Prof. 8193-DF)

Netto Costa (Reg. Prof. 2534-DF)

Fotos: Cássia Relva, Luanna Ramos e Netto Costa

Projeto gráfico e diagramação: Luanna Ramos

Tiragem: 5.000 exemplares

Impressão: Gráfica Stephanie

Setembro de 2010

Perguntas e respostas

O Orçamento e o plano de cargos do MPU

Apesar do Ministério Público da União (MPU) haver solicitado a destinação de recursos para a implementação da primeira parcela do Plano de Cargos e Salários, o Ministério do Planejamento não fez constar no PLN 59/2010 (Proposta Orçamentária para 2011) menção ao PL 6697/2009, que trata da reestruturação remuneratória dos servidores do Ministério Público da União (MPU).

Isto, entretanto, não quer dizer que tudo esteja perdido. A Diretoria do SINASEMPU, que não descansará enquanto não aprovar e implementar o PL 6697/2009, está segura de que o fato de não constar no Orçamento os recursos para implementação do PCS, não significa que o reajuste não sairá em 2011.

Há tempo e meios de resolver este problema, conforme esclarecido a seguir, sob a forma de perguntas e respostas.

Conscientizando: A ausência de previsão na proposta orçamentária impede a aprovação do plano de cargos e salários do MPU?

R: Não. Isto seria verdadeiro se não houvesse formas de alterar essa situação, mas não é o caso.

Conscientizando: O que pode ser feito para reverter esse quadro?

R: Pelo menos três ações. A primeira é o envio de uma mensagem do Governo Federal propondo a inclusão do PL no anexo da Proposta Orçamentária para 2011, o que poderá ser feito até a votação do parecer final do relator-geral do Orçamento na Comissão Mista de Orçamento do Congresso, previsto o final de novembro de 2010. A segunda é a apresentação de emendas, por parlamentares e por comissões da Câmara e do Senado, para garantir recursos para a implementação do projeto de lei. A terceira é o relator-geral do Orçamento, senador Gim Argelo (PTB/DF), que já assumiu compromisso com o plano de cargos e salário dos servidores do MPU, promover uma reestimativa de receita e alocar os recursos necessários à primeira parcela do plano para 2011.

Conscientizando: De que forma atuará o SINASEMPU?

R: O SINASEMPU atuará em favor dessas três possibilida-

des: a) solicitando ao PGR que cobre do Governo o envio da mensagem para complementar o Orçamento para 2011; b) convencendo os presidentes de comissões a patrocinarem emendas com recursos para nosso plano, e c) pedindo ao relator, que já disse ser a favor, que faça o remanejamento de recursos para garantir a implementação do PL dos servidores do MPU.

Conscientizando: Existe chance real de que o Governo envie uma mensagem para contemplar o plano dos servidores do MPU?

R- Há, sim. Além de haver diversos precedentes, existe um compromisso do atual presidente da República de consultar o presidente eleito sobre as condições de implementação dos planos de cargos já em tramitação no Congresso, como é o caso do PL 6697/2009, que trata da atualização de nossa lei. Além disso, a própria Instituição terá interesse em cobrar do Poder Executivo a solução para a questão salarial de seus servidores, já que o Orçamento contemplou a revisão dos subsídios de seus membros.

Conscientizando: Os outros poderes e órgãos com autonomia orçamentária já atualizaram seus planos de cargos?

R: Sim. Com exceção do Judiciário, cujo projeto foi encaminhado ao Congresso no mesmo período que o nosso, todos os demais já transformaram seus projetos em lei e já estão recebendo os reajustes decorrentes da atualização de seus planos. São exemplos o TCU, a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, além das carreiras do Poder Executivo.

Conscientizando: Então há esperança de solução para o impasse?

R: Sim. O SINASEMPU fará todo o empenho nesse sentido. Não cogitamos a hipótese de o Orçamento ser aprovado sem incluir o PL 6697/2009. O valor do nosso plano, comparado com outros, é irrisório. Além disso, não seria justo nem correto que os Membros do MPU tenham seus subsídios atualizados e os servidores do órgão fiquem sem reajuste.

Com informações da assessoria política do SINASEMPU - Macropolítica.

Uma retrospectiva da luta pelo novo Plano de Cargos e Salários do MPU

*Acompanhe as principais ações que o SINASEMPU realizou nos seis primeiros meses da gestão
Renovar é Preciso para agilizar a aprovação e implantação do PCS 4*



Por Netto Costa e Cássia Relva

Desde que tomou posse na Direção do SINASEMPU – em 10 de fevereiro de 2010 – a gestão Renovar é Preciso assumiu como principal bandeira de luta a aprovação do quarto Plano de Cargos e Salários dos servidores do MPU. De lá para cá, foram reuniões sucessivas, ações de mobilizações, corpo-a-corpo com parlamentares, contatos diários com os servidores, articulações com a Administração do MPU e com o governo federal. Tudo para conseguir aprovar e implantar, o mais rápido possível, o PCS que vai significar sensível melhoria para a qualidade de vida de todos.

Com muita determinação e de mãos dadas com os servidores, mas também com muita dificuldade, o sin-

dicato tem conseguido fazer o projeto andar. Não na velocidade que seria ideal, mas o projeto de lei que implanta o novo PCS do MPU (PL nº 6697/09) já foi aprovado na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (Ctasp), por unanimidade. Atualmente, o projeto encontra-se na Comissão de Finanças e Tributação (CFT), aguardando parecer do relator, deputado Aelton Freitas (PR/MG).

A tramitação no Congresso teve início no dia 21 de dezembro de 2009, quando o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, encaminhou a Mensagem nº 5, dirigida ao presidente da Câmara, para apreciação dos deputados. O texto dispõe sobre o projeto de lei que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do MPU. Na

mesma data, a proposta recebeu o nº 6697/09.

Em 27 de janeiro de 2010, o PL é encaminhada pela Mesa Diretora, em regime de tramitação prioritária, a três comissões: CTASP; CFT e Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Para que fosse discutido e aprovado em pouco espaço de tempo, o SINASEMPU trabalhou para que o projeto conseguisse a aprovação do requerimento de urgência constitucional. Logo após o retorno das atividades no Congresso, no início do ano, o sindicato buscou se articular com alguns dos parlamentares tidos como “influentes” no parlamento.

Foi assim que, em reunião com o deputado e relator do Orçamento para 2010, Geraldo Magela (PT-DF),

ainda em fevereiro, a Diretoria buscou esclarecer a notícia de que o governo federal tentaria barrar o projeto de lei de interesse dos servidores do MPU, da mesma forma como faria com o PL nº 6613/09, que estabelece o novo PCS dos colegas do Judiciário. O SINASEMPU solicitou ao parlamentar que intercedesse junto ao governo pelo apoio ao projeto e para que o requerimento de urgência fosse aprovado o quanto antes.

Para fortalecer a luta pela aprovação do PCS, o sindicato participou de diversos encontros com entidades que representam os servidores do Judiciário com vistas à aprovação do requerimento de urgência para os dois PLs. Em paralelo, articulou com parlamentares e líderes partidários em prol dos interesses dos servidores.

Durante a tramitação do projeto nas comissões, o sindicato mobilizou os servidores, inclusive disponibilizando ônibus gratuito para o transporte dos locais de trabalho até o Congresso Nacional. Por diversas vezes, a estratégia possibilitou lotar os plenários das comissões temáticas, durante as sessões para discussão do PL 6697.

A falta de previsão orçamentária

O envio extemporâneo do texto do projeto de lei ao Congresso impediu a sua implantação ainda em 2010, mesmo que ele já estivesse aprovado no parlamento e sancionado pelo Presidente da República. Isso só seria possível se a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2010 fosse alterada no seu Anexo V, que trata das despesas de pessoal e encargos sociais para incorporar o orçamento do PCS do MPU.

É que a legislação prevê que as propostas para a LOA devem ser enviadas, pelos chefes dos Poderes do Estado, incluindo aí o procurador-geral da República como representante máximo do Ministério Público da União, até o dia 31 de agosto, para efeitos financeiros no ano seguinte. Como isso não ocorreu, para alterar a LOA, seria necessário que o chefe do MPU encaminhasse proposta de projeto sugerindo alteração na Lei Orçamentária, que poderia ou não ser aprovada pelo Congresso.

Diante dessa realidade o SINA-

SEMPU adotou nova estratégia, com a intenção de garantir a previsão orçamentária para fazer frente ao novo PCS do MPU. O sindicato fez diversas gestões junto ao PGR, ao Ministério do Planejamento e à Casa Civil para garantir que fosse incluída a referida previsão na proposta orçamentária do MPU para 2011. O documento foi enviado pelo MPU e fez constar a previsão para implantação do PCS.

Mobilização e pressão junto aos parlamentares

No mês de março, quando o PL 6697/09 encontrava-se na CTASP, o SINASEMPU deflagrou uma campanha no site da entidade, solicitando aos servidores que destinassem e-mails aos integrantes da Comissão para demonstrar o interesse da categoria na aprovação do projeto.

No mesmo mês, o sindicato esteve reunido com o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, e com o procurador-geral do Trabalho, Otavio Brito Lopes. Ao chefe do MPU foi pedida atenção especial ao trâmite dos documentos, para evitar mais atrasos na incorporação dos cálculos do PCS. O resultado do encontro foi o comprometimento do procurador-geral em ter uma atuação mais ativa.

No final de março, com transporte gratuito, faixas, adesivos e camisetas, os servidores do MPU acompanharam a sessão da Ctasp na Câmara. Após alguns cancelamentos por falta de quórum, o relator, deputado Sabino Castelo Branco (PTB-AM), divulgou parecer favorável à aprovação do PL 6697/09.

Por diversas vezes o governo tentou atrasar a apreciação do PL, seja com pedido de audiência pública ou com a retirada do projeto da pauta de proposições. Enquanto isso, o sindicato perseverou, realizando visitas aos gabinetes de parlamentares integrantes da Ctasp. E o resultado não tardou. No dia 14 de abril, com o plenário da Ctasp lotado, o PL 6697 foi finalmente aprovado, por unanimidade.

Enquanto o projeto era encaminhado à CFT, em paralelo, o sindicato realizou movimento de aproximação com o Ministério do Planejamento, órgão designado pela Presidência da República para ser o interlocutor do governo com os servidores. Em reuniões com o ministro Paulo Bernardo e com o secretário de Recursos Humanos, Duvanier Paiva, o SINASEMPU reivindicou pelo interesse dos servidores, relatou a perda da competitividade da carreira atual e a defasagem salarial. Isso faz com que os melhores quadros do MPU procurem outras opções no serviço público ou mesmo na iniciativa privada.

Neste momento da negociação, um posicionamento firme por parte do MPU pode ser decisivo para que o projeto consiga aprovação na CFT e prossiga sua tramitação até a vitória final. O procurador-geral da República tem manifestado ao sindicato o apoio ao projeto de lei, afirmando que a proposta do PCS foi respaldada no Conselho Superior do Ministério Público Federal (CSMPF) e no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Vamos manter a mobilização até a aprovação do PCS do MPU!

Os esforços de mobilização da base do MPU, em todos os estados, e em Brasília, durante 2009 e 2010, para o envio do PCS ao Congresso Nacional poderão perder o efeito de pressão caso os servidores não mantenham contatos com os parlamentares. A categoria não pode se desmobilizar, sob pena de tornar infrutífero o processo de luta pelo PCS.

Em nível nacional, o SINASEMPU tem participado de audiências com autoridades do MPU, do governo federal e com parlamentares do Congresso para fortalecer cada vez mais o movimento de luta pela aprovação do PCS.

Portanto, os desafios para este final de ano se renovam, principalmente para garantir que o projeto que revisa o PCS seja aprovado, de imediato. PCS já!

Jurídico do SINASEMPU passa a atender causas particulares dos filiados



Por Luanna Ramos

O setor Jurídico do SINASEMPU, desde agosto, está apto a representar o servidor em causas ligadas às áreas administrativa, trabalhista e cível de seus filiados. A novidade visa possibilitar aos servidores assessoria jurídica especializada, individualizada e em diferentes ramos do direito, a custos mais acessíveis.

Nesse novo formato, não serão cobrados honorários das partes interessadas. Ao ingressar com a ação, o filiado arcará apenas com as custas processuais. “Essa é uma promessa de campanha que nos empenhamos muito para tornar real”, declara a presidente do SINASEMPU, Edilene Vasconcelos.

Outra mudança na estrutura de funcionamento do setor diz respeito aos recursos humanos envolvidos no atendimento ao filiado. Ao invés de funcio-

nários do Sindicato, duas advogadas estarão à disposição, na sede do SINASEMPU, em horários alternados, para prestar o atendimento necessário. Tal medida possibilitará mais celeridade ao andamento dos processos, no que cabe ao Sindicato.

“Esse é um modelo que contempla efetivamente os interesses coletivos e individuais da categoria, assegurando ampla assistência jurídica a todos os filiados que desejarem”, afirma Edilene. Para ela, além de trazer grandes benefícios para a categoria, essa inovação aperfeiçoará o trabalho do sindicato em prol do servidor e aproximará mais a entidade da base.

Para usufruir o serviço, o servidor terá que agendar um horário pelo telefone 0800 704 2819, de segunda a sexta-feira, no horário das 8h às 19h. Aquele que entrar em contato com antecedência, também poderá reservar vaga na garagem do prédio em que

funciona o SINASEMPU, evitando, assim, transtornos no momento em que se dirigir à sede da entidade.

Novo escritório

Mas essa não é a única mudança na área jurídica que está sendo capitaneada pela atual direção da entidade – gestão Renovar é Preciso. O sindicato passou a contar com a assessoria de novo escritório de advocacia – Ibaneis Advocacia e Consultoria (veja mais na entrevista das páginas 8 e 9), com ampla experiência na área do funcionalismo e com profissionais atualizados e qualificados que trabalharão para proporcionar aos filiados o mais alto nível de satisfação.

Extensão para outros estados

Embora o novo modelo de atendimento jurídico aos filiados do SINASEMPU esteja sendo implantado inicialmente em Brasília, isso não quer

dizer que a assessoria será restrita aos filiados da Capital Federal.

Pelo contrário. Segundo o diretor jurídico do SINASEMPU, Marcelo Falconi, a idéia é iniciar com um projeto piloto em Brasília, e, posteriormente, implantá-lo nos demais estados. “Estamos trabalhando para que todos os nossos filiados também tenham acesso, o quanto antes, em seu próprio estado, a esse tipo de serviço que está sendo oferecido pelo SINASEMPU”, afirma.

PAD

A modificação na estrutura de funcionamento do setor jurídico também refletirá na atuação do sindicato em Processos Administrativos Disciplinares (PAD's), no qual estejam envolvidos filiados. A entidade alerta, inclusive, que demandas como essas devem ser comunicadas, imediatamente, ao setor jurídico do sindicato, a fim de serem tomadas as medidas cabíveis.

Segundo dados do setor financeiro da entidade, em anos anteriores, os custos com o pagamento de advogados terceirizados, a fim de defender servidores, atingiam percentuais significativos no orçamento da Entidade. Entre 2008 e 2009, os gastos com ho-



norários advocatícios foram de aproximadamente R\$ 140 mil. Tais custos serão amenizados com a implantação da nova política de atendimento pelo setor jurídico da entidade.

“Até completarmos a total expansão da assessoria jurídica do SINASEMPU para os estados, faz parte do nosso

contrato com o escritório a previsão de deslocamento dos advogados até os servidores que necessitarem da nossa assessoria jurídica. Tal fato diminui gastos com a contratação de novos advogados que não fazem parte do quadro de profissionais do escritório que contratamos”, afirma Edilene.

Por que um novo Jurídico para o SINASEMPU?

A proposta de reformulação na estrutura jurídica do SINASEMPU parte do pressuposto de que a área é uma das mais importantes da entidade, justamente por oferecer ao servidor o suporte necessário para lutar por seus direitos na esfera administrativa e judicial.

“O direito conquistado pela classe trabalhadora e assegurado pela legislação aos sindicatos de representar e defender, administrativa e judicialmente, um determinado grupo de trabalhadores, fez da organização um importante instrumento de mobilização social, política e jurídica na sociedade”, explica o diretor jurídico do sindicato, Marcelo Falconi.

Por outro lado, acompanhando tamanha responsabilidade, passou-se a exigir também dessas entidades

uma atuação cada vez mais eficiente e harmoniosa, principalmente na esfera judicial, com o objetivo de fazer valer os direitos dos sindicalizados e assegurar ampla proteção e segurança jurídica.

“Quantos direitos dos servidores estão sob a mira constante de certos governantes, ansiosos por retirá-los da categoria? Muitos”, afirmou a presidente do SINASEMPU, Edilene Vasconcelos. É, por isso, que é tão importante que o setor jurídico do SINASEMPU seja realmente eficiente, assegurando ao servidor uma representação de qualidade junto à administração do MPU e junto ao Judiciário. “Quando a assessoria jurídica funciona faz-se uma grande diferença na vida dos servidores”, finalizou.

Ibaneis: “O atendimento será personalizado, permitindo uma completa assessoria ao filiado”



Ibaneis Rocha Barros Junior



Marlúcio Lustosa Bonfim



Renato Borges Barros

Fundado há 17 anos, o escritório Ibaneis Advocacia e Consultoria é, atualmente, referência em casos relacionados ao funcionalismo. No que diz respeito aos servidores do Ministério Público da União, por exemplo, a atuação emblemática nas ações referentes ao reajuste dos 11,98% e aos quintos corroboram a capacidade do escritório de oferecer um atendimento competente e a altura das demandas da categoria. “Nossa intenção é proporcionar uma assessoria

jurídica eficiente e especializada aos nossos filiados”, declarou a presidente do SINASEMPU, Edilene Vasconcelos de Freitas. Conheça um pouco mais, por meio da entrevista abaixo, sobre o novo escritório de advocacia que prestará serviços aos filiados do SINASEMPU. Participaram da entrevista os advogados Ibaneis Rocha Barros Junior, Marlúcio Lustosa Bonfim e Renato Borges Barros.

Confira!

Conscientizando: Qual a importância do departamento jurídico para uma entidade sindical?

Advogados: As questões que envolvem a relação funcional dos servidores são sempre pautadas pelo princípio da legalidade, revelando que a ação ou omissão da administração pública ocorre por obediência ao império da lei.

Desse modo, as violações perpetradas pelo órgão e suas autoridades sempre se revestem de aparente legalidade, sendo necessário ao Sindicato, representante da categoria, possuir um departamento jurídico experiente e especializado, que dê suporte jurídico às suas demandas judiciais ou administrativas.

Conscientizando: Realizando breve retrospecto a respeito do trabalho desen-

volvido pelo escritório Ibaneis Advocacia e Consultoria até aqui, quais vitórias obtidas pela equipe os senhores apontariam como mais importantes para as categorias que representam (ou representaram)?

Advogados: O escritório Ibaneis Advocacia e Consultoria foi fundado em 1993 e, desde então, atua em prol dos trabalhadores em geral, especialmente os regidos pelo regime jurídico único. Foi um dos escritórios precursores na ação do reajuste de 11,98%, obtendo o primeiro pagamento administrativo aos servidores do MPT e posteriormente aos servidores do MPF, com decisões judiciais favoráveis na Seção Judiciária de São Paulo em inúmeros processos.

Defendeu os servidores do MPU quando da implementação do ponto eletrônico, obtendo judicialmente decisão favorável aos servidores estu-

dantes, cuja carga horária tornava impossível à continuidade dos estudos.

Obteve junto ao Tribunal de Contas da União a primeira decisão favorável (Acórdão n.º 2.248/2005 – TCU – Plenário) a respeito do direito à incorporação dos quintos até 2001, fazendo sustentação oral, onde representou as principais entidades de classe envolvidas, o SINDJUS/DF, o SINDILEGIS e a ANAJUSTRA.

Conscientizando: Como surgiu essa proposta de oferecer uma assessoria jurídica especializada na área do funcionalismo? Conte-nos um pouco dessa história que faz hoje do escritório uma referência na área do serviço público.

Advogados: A atuação do escritório na área do funcionalismo público deveu-se ao perfil de atuação do Dr. Ibaneis Rocha Barros Junior, que sem-

pre se preocupou com o trabalhador em geral.

As violações ocasionadas ao obreiro, seja servidor ou não, sempre são mais drásticas, danosas ao próprio trabalhador e à sua família, chegando a afetar sua subsistência, o que viola a dignidade da pessoa humana, vilipendiando não só o trabalhador mas a própria sociedade.

Sensível a tais circunstâncias, o Dr. Ibaneis buscou defender o direito dos servidores públicos, evitando os constantes abusos do Estado ao direito do particular.

Conscientizando: Em que consiste a prestação de serviços que será oferecida pelo escritório aos filiados do SINASEMPU? Por favor, citem exemplos que demonstrem o quanto esse contrato possibilitará importantes benefícios para a categoria.

Advogados: O escritório Ibaneis Advocacia e Consultoria tem sido inova-

dor na sua atuação junto às entidades de classe em todo o território nacional, especialmente, em Brasília, onde possui sua sede.

O atendimento jurídico abrange não apenas as ações coletivas de interesse dos servidores públicos e as individuais de natureza funcional, mas atuará em outras áreas do direito como nas questões relacionadas ao direito de família, cível, consumerista, dentre outras.

O serviço será implementado inicialmente no Distrito Federal, com a previsão de expansão aos demais estados, permitindo a resolução dos conflitos dos servidores, tais como, separação, divórcio, inventário, demandas de natureza cível, consumerista, entre outras, facilitando o acesso do associado à justiça.

O atendimento será personalizado, permitindo uma completa assessoria do filiado, que contará com advogado na sede do sindicato diariamente.

O escritório dará continuidade às ações já propostas, trazendo novos benefícios aos filiados, alargando o leque de atendimento jurídico ao servidor.

Conscientizando: Fale-nos um pouco a respeito da estrutura e da equipe de profissionais que compõem o escritório Ibaneis Advocacia e Consultoria.

Advogados: O escritório conta com uma estrutura física capaz de absorver facilmente a demanda do filiado do SINASEMPU, contando com vários advogados e estagiários, profissionais atualizados e qualificados, proporcionando aos clientes o mais alto nível de satisfação, de forma a assegurar ampla proteção e segurança jurídica.

A sede fica em Brasília – DF, próximo aos Tribunais Superiores o que facilita a atuação dos profissionais, tendo correspondentes em vários estados da Federação, com filial em São Paulo, capital.

SINASEMPU promove massagens expressas gratuitas aos servidores



O SINASEMPU ofereceu aos servidores dos quatro ramos do MPU no Distrito Federal, serviços de massagem expressa totalmente gratuitos.

No dia 2 de setembro as massagens ocorreram no Edifício Sede do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e foram abertas a todos os servidores lotados em Unidades do MPDFT no DF.

Na mesma data, as massagens foram oferecidas aos servidores do Ministério Público Militar. A atividade fez parte da programação da Feira de Saúde que aconteceu no ramo. As massagens ocorreram nas dependências da Assistência à Saúde. No Ministério Público do Trabalho (MPT) as massagens foram oferecidas no dia 3 de setembro.

III Semana de Saúde e Qualidade de Vida no MPM

A presidente do SINASEMPU, Edilene Vasconcelos, e o assessor especial aos aposentados, Roberto Negri, visitaram, no dia 2 de setembro, a III Semana de Saúde e Qualidade de Vida promovida pelo Departamento de Assistência à Saúde do Ministério Público Militar (MPM). A terceira edição da Semana da Saúde proporcionou oficinas, palestras, workshops sobre temas como sono, gastronomia saudável, sexualidade, emoções relacionadas ao trabalho, doenças crônicas do idoso, entre outros. De acordo com a coordenadora do evento, a psicóloga Rosângela Barros, a motivação para manutenção deste espaço dedicado à saúde no calendário do MPM, é conscientizar e alertar os servidores para os cuidados diários que garantam o seu bem-estar físico e mental. “Fiquei entusiasmada com a receptividade dos servidores ao nosso evento e a proposta da semana”, disse Rosângela.

Edilene Vasconcelos falou sobre a III Semana de Saúde e Qualidade de Vida. “Apesar do quadro de servidores do ramo ser menor, a organização e o evento de Saúde do MPM não deixam a desejar a dos outros ramos. Pelo contrário. A cada ano melhora”, afirmou a presidente.

Saúde Financeira do Servidor

Servidores em apuros financeiros aumentam e, na busca de saídas para os intermináveis empréstimos, são alvos fáceis de novos endividamentos. Especialistas dão dicas de como manter a saúde do seu bolso

A saúde financeira do servidor público tem merecido atenção especial, pois é cada vez maior o número dos que comprometem seu salário com empréstimos a perder de vista. As facilidades encontradas para obter um dinheiro extra devido à estabilidade do emprego público e o desconto feito direito na folha de pagamento, tem levado alguns servidores a situações cada vez mais complicadas. Para manter as contas em dia e o padrão de vida que conquistaram, muitos recorrem ao aumento do limite do cartão de crédito, do cheque especial e da margem consignada para empréstimos. Vários são os servidores que não terminaram de quitar um e já recorrem a outro, transformando o salário num eterno compromisso com as prestações.

A remuneração que antes custeava as contas, para muitos hoje mal cobre as despesas básicas, pois já está comprometida antes mesmo de chegar ao bolso. De um lado servidores endividados e do outro instituições que facilitam o crédito com juros exorbitantes. Aliado ao cenário, encontram-se ainda o pouco esclarecimento sobre as leis que regem os contratos dos empréstimos, fazendo muitos servidores caírem em golpes de advogados que afirmam ter o poder de renegociar os contratos com o discurso de que é possível detectar cláusulas abusivas, quando, na realidade, não há previsão nos códigos que sustentam ou confirme tal fato. Angustiadados com a sua situação, os servidores acabam por recorrer as suas entidades representativas na busca por solução.

Em entrevista recente ao SINASEMPU, a secretária de Gestão de Pessoas do MPF, Ângela Maria de Oliveira, relatou inúmeras situações constrangedoras nas quais servidores tentam, pela secretaria, a aprovação do aumento na margem consignada. Atualmente, a própria secretária, na tentativa de auxiliar os servidores, tem realizado um serviço de orientação. “Tento comprovar que o servidor quer pagar a dívida e tem condições, mas ele não pode a curto prazo e muitos não sabem negociar”, afirmou.

Na maioria dos casos, os servidores já ultrapassaram a margem consignada para empréstimo direto em folha

e buscam outras alternativas nas instituições financeiras. Mas, para não comprometer o salário inteiro com dívidas geradas pelos empréstimos, eles procuram garantir que o limite do parcelamento seja semelhante ao da margem consignada. Além disso, os servidores alegam que a cláusula que autoriza débito em conta é abusiva. De acordo com a advogada do SINASEMPU, Patrícia Leite, o Superior Tribunal de Justiça tem entendido que há uma autonomia na vontade do contratante e que no momento de assinatura do contrato, ele também teve algum benefício como juros mais baixos e maior parcelamento. “As ações dos servidores não retiram o direito do banco de cobrar, o servidor deve e não é porque é uma instituição financeira que você não tem a obrigação de quitar a dívida”, esclarece a advogada.

A briga na justiça muitas vezes pode levar o servidor a fazer parte de uma lista de maus pagadores. “Já atendi vários casos de filiados que tiveram restrição na hora de fazer um financiamento”. O servidor endividado pode ainda arcar com os custos se perder o processo, ou seja, terá que pagar pelos serviços do advogado da parte contrária. É preciso ter bem claro se vale a pena arriscar um processo jurídico, pois os riscos são maiores e as garantias de sucesso muito pequena.

A saída, na maior parte dos casos, é negociar diretamente sem recorrer à justiça. “O servidor deve tentar uma revisão das parcelas, fazer acordo, mostrar as possibilidades”, afirma a advogada do SINASEMPU.

Outra alternativa para equilibrar o orçamento doméstico, é encontrar uma nova fonte de renda. Mesmo no caso de servidores públicos que não podem exercer outro emprego, as habilidades técnicas podem auxiliar neste momento. Realizar consultorias para empresas com trabalhos temporários ou autônomos. Grande parte deles podem ser realizados à distância e em horários flexibilizados. “O que eu percebo é que quando a pessoa está endividada, ela não vê saída, a única que ela acredita ter é pegar um outro empréstimo”, avalia a secretária de gestão de pessoas do MPF.

Ser feliz no trabalho é preciso

*Planejamento estratégico, relocação, treinamento e qualificação foram os assuntos da entrevista que a secretária de Gestão de Pessoas do MPF, Ângela Maria de Oliveira (foto), concedeu ao **Conscientizando***



Com apenas três meses à frente da secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério Público Federal, a mineira Ângela Maria de Oliveira já teve vários desafios profissionais. Com ampla formação - Pedagogia, Administração, Psicologia e Artes - já foi educadora, empresária e afirma que seu prazer é cuidar de pessoas. Ela acredita que sua trajetória a auxilia, e muito, a compreender a realidade do seu trabalho na secretaria. “É um desafio atrás do outro, mas o maior deles é despertar no servidor o encanto que ele tem e está perdendo, ele precisa se sentir bem fazendo o que faz”, disse.

Para realizar este projeto, ela defende a idéia da criação do FIB - Felicidade Interna Bruta - que visa proporcionar a felicidade do servidor para melhorar sua qualidade de vida, fora e dentro do trabalho. “Há muitas empresas no mundo que já trabalham com esta perspectiva de gestão de pessoas”, afirma. A meta do projeto é tentar modificar os valores prioritários do servidor, que, segundo ela, estão focados apenas no benefício financeiro que ele tem quando realiza sua tarefa.

Mudanças em diversos setores estão sendo construídas como alternativas para o treinamento e para a qualificação. Para isso, articulam-se convênios com institutos e universidades nos estados e serão oferecidos, ainda, cursos à distância. “O projeto não é apenas uma ajuda de custo para capacitar o servidor, mas busca desenvolver e motivar as pessoas”. Outra mudança já instituída pela nova secretaria é a alteração no banco de horas, que será

administrado pelo próprio servidor. Se ele não usufruir não poderá ser acumulada. “A jornada de trabalho do servidor é de 35 horas semanais e mais cinco horas que podem ou não ser solicitada pela instituição. Ultrapassado este tempo, o servidor terá direito a somar até 40 horas no seu banco de horas”, disse a secretária. “Não será mais permitido colecionar horas”, alerta.

Os servidores que tiveram mais de 40 horas acumuladas devem tirá-las dentro do prazo estendido até o dia 31 de dezembro. Após esta data o limite será de 40 horas. “A medida é vista com ressalva pelos servidores, já que o prazo é pequeno para esgotar o estoque de horas excedentes e a realidade de cada serviço e servidor”, defende a presidente do SINASEMPU, Edilene Vasconcelos. O SINASEMPU já encaminhou pedido à secretária para que seja estendido o prazo e para que seja avaliado cada caso individualmente, pois é impossível que inúmeros colegas gozem seu banco de horas simultaneamente. Há procuradorias que contam com poucos servidores e inúmeros deles com dezenas de horas acumuladas.

Relocação

O anúncio do novo concurso para o

MPU deixou os servidores apreensivos, já que administração não realizou a última relocação. O SINASEMPU entrou com petição na justiça, em agosto, para garantir que a relocação seja realizada antes da nomeação dos aprovados. Segundo Ângela Oliveira, as vagas destinadas ao próximo concurso do MPU foram aquelas não preenchidas pelo concurso de remoção que ocorreu até o dia 30 de maio. “Como a assessoria jurídica tem ressaltado em resposta aos requerimentos recebidos, a relocação não constitui um instituto jurídico, vez que para ele não há previsão legal para sua implementação. A atuação administrativa está limitada a previsões normativas e não há como atender o pleito dos servidores nesse sentido”, declarou a secretária. Após o encerramento do último concurso de remoção surgiram novas vagas e, por isto, a secretaria elabora mais um concurso de remoção.

A criação de uma comissão mista composta por diversos setores interessados na qualidade de vida do servidor já foi solicitada pelo SINASEMPU por meio de ofício. “Essas ações, mais do que documentos, devem sair de forma mais natural. Vamos marcar uma data e horário, acertar as agendas e concretizar esta comissão”, afirmou a secretária de Gestão.

Edilene: “Não nos desviaremos de nossos objetivos de alcançar e garantir melhorias para os servidores”



Que avaliação a sra. faz do trabalho desenvolvido pelo SINASEMPU neste primeiro semestre?

Edilene: Centramos nossa atuação nas articulações para aprovar o PCS. Garantimos a voz dos servidores no Congresso, no Ministério do Planejamento, na Casa Civil e na Administração. Tivemos avanços, como a aprovação do PL 6697 na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público. Apesar dos embates, e do PGR ter enviado ao Planejamento a previsão orçamentária que contemplava os recursos para implantação do PCS, razões políticas, assumidas pelo presidente da República, impediram que a proposta do governo de Lei Orçamentária Anual contemplasse qualquer PCS. A luta continua agora junto ao relator do Orçamento, para a inclusão dos recursos. Além disso, obtivemos o reajuste de benefícios como os auxílios alimentação e pré-escola. Diversificamos o atendimento do Jurídico aos filiados, que agora podem contar com assessoria para causas particulares. Estamos ampliando convênios e reestruturando o site para manter uma comunicação mais próxima e interativa com os servidores. Mudamos para uma sede mais ampla, que permite melhoria na organização dos serviços e no atendimento aos filiados. Cortamos gastos com a centralização de ligações para

celulares e interurbanos na Central Telefônica e estabelecemos limite de R\$ 400 para o celular usado pela Presidência.

Em agosto, circulou na imprensa a denúncia de que o SINASEMPU contratou, de forma irregular, um funcionário do sindicato. O que de fato ocorreu?

Edilene: Não tínhamos conhecimento de que ele já era servidor comissionado da Câmara Legislativa do DF, pois cumpria normalmente sua jornada de trabalho no sindicato.

Que medidas foram tomadas?

Edilene: Imediatamente, ao tomar conhecimento do duplo emprego, chamei o ex-funcionário e, depois de ouvi-lo, decidi por sua demissão.

Isso gerou algum dano financeiro ou jurídico ao SINASEMPU?

Edilene: Do ponto de vista da jornada de trabalho no sindicato, não houve prejuízo, já que ele cumpria seus horários normalmente. Ele assumiu seu erro e acabou perdendo também o emprego na Câmara Legislativa, ao que soubemos. Lamento que o ocorrido não tenha sido levado primeiro ao meu conhecimento. Isso demonstra que há uma campanha para denegrir a minha imagem. Mas como tenho uma trajetória de luta dentro da categoria, as pes-

Há seis meses à frente da Diretoria Executiva Nacional do SINASEMPU, a baiana Edilene Vasconcelos (foto) está no serviço público desde 1986.

Participou da fundação do sindicato – entidade da qual é a atual presidente – e também da associação dos servidores do MPF (ASMPF), onde é secretária-geral. Nesta entrevista, a presidente faz um balanço deste início da gestão Renovar É Preciso e reafirma a esperança em conseguir a aprovação do PCS no Congresso Nacional ainda este ano.

soas que conhecem o meu trabalho sabem do meu caráter. Obstáculos foram feitos para serem vencidos.

Como está atualmente o Sindicato em relação à situação encontrada no início do mandato da atual gestão?

Edilene: A verdade é que encontramos um sindicato que existia de fato, mas não existia de direito. Documentos importantes estavam desorganizados ou perdidos. Do jeito que estava era impossível trabalhar. Realizamos um esforço para por ordem na casa. Enxugamos despesas, reestruturamos os diversos setores e a categoria já sente a diferença do trabalho da gestão Renovar É Preciso.

Gostaria de deixar alguma mensagem para categoria?

Edilene: A mensagem é de fé, de esperança, e da certeza de que nada supera a força do trabalho. Tenho a consciência tranquila de que honrei, honro e continuarei honrando os votos de confiança que foram depositados pelos servidores que elegeram a chapa Renovar É Preciso. Não nos desviaremos de nossos objetivos de alcançar e garantir melhorias para os servidores, para que possam exercer da melhor maneira possível seu trabalho de importância estratégica para o país.

Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério Público da União

BALANCETE ANALÍTICO PERÍODO: 1º/mai a 31/jul de 2010

Conta	Seqüência	Descrição	Saldo Anterior	Débito no Período	Crédito no Período	Saldo Atual
3		RECEITAS	690.400,44C	61,33	512.534,74	1.202.873,85C
3.1		RECEITA	690.400,44C	61,33	512.534,74	1.202.873,85C
3.1.1		RECEITA OPERACIONAIS	682.902,32C	61,33	507.117,68	1.189.958,67C
3.1.1.1		RECEITA OPERACIONAIS	682.902,32C	61,33	507.117,68	1.189.958,67C
3.1.1.1.01		RECEITA OPERACIONAIS	682.902,32C	61,33	507.117,68	1.189.958,67C
3.1.1.1.01.0001	864	CONTRIBUIÇÕES DE ASSOCIADOS	682.902,32C	61,33	507.117,68	1.189.958,67C
3.1.2		OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	7.498,12C	0,00	5.417,06	12.915,18C
3.1.2.1		RECEITAS FINANCEIRAS	3.597,88C	0,00	3.410,79	7.008,67C
3.1.2.1.01		RECEITAS FINANCEIRAS	3.597,88C	0,00	3.410,79	7.008,67C
3.1.2.1.01.0002	994	COMISSOES	52,94C	0,00	4,58	57,52C
3.1.2.1.01.0004	1014	JUROS ATIVOS	3.337,58C	0,00	2.939,65	6.277,23C
3.1.2.1.01.0001	987	RENDIMENTO POUPANÇA	207,36C	0,00	466,56	673,92C
3.1.2.2		OUTRAS RECEITAS	3.900,24C	0,00	2.006,27	5.906,51C
3.1.2.2.01		OUTRAS RECEITAS	3.900,24C	0,00	2.006,27	5.906,51C
3.1.2.2.01.0003	2899	DESPESAS RECUPERADAS	3.777,40C	0,00	1.219,23	4.996,63C
3.1.2.2.01.0004	4299	RECEITAS DIVERSAS	122,84C	0,00	787,04	909,88C
4		CUSTOS E DESPESAS	478.249,00D	371.146,98	0,00	849.395,98D
4.2		RESULTADOS OPERACIONAIS	478.249,00D	371.146,98	0,00	849.395,98D
4.2.1		DESPESAS OPERACIONAIS	478.249,00D	371.146,98	0,00	849.395,98D
4.2.1.0		DESP. GERAIS E ADMINISTRATIVAS	310.984,87D	249.909,81	0,00	560.894,68D
4.2.1.0.01		DESP. GERAIS E ADMINISTRATIVAS	310.984,87D	249.909,81	0,00	560.894,68D
4.2.1.0.01.0001	2318	AGUA E LUZ	3.233,08D	2.908,46	0,00	6.141,54D
4.2.1.0.01.0002	2325	ALUGUEIS	14.048,00D	18.579,45	0,00	32.627,45D
4.2.1.0.01.0015	3175	ANUNCIOS E PUBLICAÇÕES	8.625,68D	2.905,05	0,00	11.530,73D
4.2.1.0.01.0008	2387	ASSISTENCIA CONTABIL E FISCAL	5.841,51D	5.999,52	0,00	11.841,03D
4.2.1.0.01.0004	2349	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	3.829,29D	3.393,07	0,00	7.222,36D
4.2.1.0.01.0003	2332	CONDOMINIO	6.571,90D	9.658,32	0,00	16.230,22D
4.2.1.0.01.0021	3292	CONDUÇÃO/TAXI/ESTACIONAMENTO	2.038,43D	221,40	0,00	2.259,83D
4.2.1.0.01.0016	3236	CUSTAS,CADASTROS E CORREIOS	13.263,68D	9.078,29	0,00	22.341,97D
4.2.1.0.01.0018	3250	DESP C/MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO	1.222,59D	3.249,20	0,00	4.471,79D
4.2.1.0.01.0012	2615	DESP. C/ VEICULOS/BENS E INST.	23,00D	881,22	0,00	904,22D
4.2.1.0.01.0011	2608	DESPESA C/ IMPRESSOS EM GERAL	9.498,00D	9.240,00	0,00	18.738,00D
4.2.1.0.01.0005	2356	DESPESA C/ESCRITORIO/INFORMAT	3.424,95D	6.061,66	0,00	9.486,61D
4.2.1.0.01.0006	2363	DESPESAS C/CARTORIO	1.288,64D	542,25	0,00	1.830,89D
4.2.1.0.01.0027	4428	DESPESAS C/SEGUROS	0,00	78,75	0,00	78,75D
4.2.1.0.01.0014	2783	DESPESAS DIVERSAS	30,00D	500,00	0,00	530,00D
4.2.1.0.01.0013	2776	FRETES E CARRETOS	2.295,55D	2.324,00	0,00	4.619,55D
4.2.1.0.01.0023	3315	HONORARIOS ADVOCATICIOS	69.550,00D	43.000,00	0,00	112.550,00D
4.2.1.0.01.0020	3278	LANCHES E REFEIÇÕES	1.116,10D	108,98	0,00	1.225,08D
4.2.1.0.01.0026	4411	LOCAÇÃO DE VEICULOS	1.325,00D	4.080,00	0,00	5.405,00D
4.2.1.0.01.0024	4367	MATERIAL DE LIMPEZA/COPA	33,29D	1.046,23	0,00	1.079,52D
4.2.1.0.01.0009	2394	SERVICOS PREST. P/ TERCEIRO PF	29.400,63D	29.513,06	0,00	58.913,69D
4.2.1.0.01.0010	2400	SERVICOS PREST. P/ TERCEIRO PJ	5.851,07D	5.051,45	0,00	10.902,52D
4.2.1.0.01.0017	3243	TAXAS, IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÃO	1.038,49D	1.472,71	0,00	2.511,20D
4.2.1.0.01.0007	2370	TELEFONE/INTERNET	18.705,58D	20.911,11	0,00	39.616,69D
4.2.1.0.01.0022	3308	VIAGENS, REPRES.E ESTADIAS	108.730,41D	69.105,63	0,00	177.836,04D
4.2.1.1		DESPESAS C/ PESSOAL	166.093,85D	115.372,38	0,00	281.466,23D
4.2.1.1.01		DESPESAS C/ PESSOAL	166.093,85D	115.372,38	0,00	281.466,23D
4.2.1.1.01.0004	2448	13. SALARIO	380,91D	0,00	0,00	380,91D
4.2.1.1.01.0015	2806	AJUDA DE CUSTO	11.815,00D	7.650,00	0,00	19.465,00D
4.2.1.1.01.0026	4343	ANUENIO/TRIENIO/QUINQUENIO	1.993,29D	1.540,26	0,00	3.533,55D

BALANCETE ANALÍTICO

PERÍODO: 1º/mai a 31/jul de 2010

Continuação...

Conta	Seqüência	Descrição	Saldo Anterior	Débito no Período	Crédito no Período	Saldo Atual
4.2.1.1.01.0025	4336	AUXILIO EDUCAÇÃO	1.600,00 D	0,00	0,00	1.600,00D
4.2.1.1.01.0011	2516	DESPEZA C/ESTAGIO	2.339,23 D	2.961,99	0,00	5.301,22D
4.2.1.1.01.0012	2523	DESPEAS C/ ALIMENTACAO	21.443,00D	15.218,44	0,00	36.661,44D
4.2.1.1.01.0013	2530	DESPEAS C/ TRANSPORTE	6.522,00 D	5.973,00	0,00	12.495,00D
4.2.1.1.01.0028	4435	DESPEAS C/CURSOS	0,00	800,00	0,00	800,00D
4.2.1.1.01.0003	2431	FERIAS	8.772,17 D	0,00	0,00	8.772,17D
4.2.1.1.01.0006	2462	FGTS	5.501,19 D	6.684,80	0,00	12.185,99D
4.2.1.1.01.0010	2509	GRATIFICACOES	1.600,00 D	600,00	0,00	2.200,00D
4.2.1.1.01.0023	4312	PIS S/FOLHA DE PAGAMENTO	757,60 D	316,74	0,00	1.074,34D
4.2.1.1.01.0007	2479	PREVIDENCIA SOCIAL	27.518,79D	20.498,88	0,00	48.017,67D
4.2.1.1.01.0001	2417	SALARIOS E ORDENADOS	64.827,01D	49.154,84	0,00	113.981,85D
4.2.1.1.01.0027	4350	SEGUROS	181,92 D	0,00	0,00	181,92D
4.2.1.1.01.0014	2790	SERVICOS MEDICOS E DENTARIOS	10.841,74D	3.973,43	0,00	14.815,17D
4.2.1.2		DESPEAS FINANCEIRAS	586,03 D	364,03	0,00	950,06D
4.2.1.2.01		DESPEAS FINANCEIRAS	586,03 D	364,03	0,00	950,06D
4.2.1.2.01.0005	2585	JUROS DE MORA	239,08 D	11,06	0,00	250,14D
4.2.1.2.01.0004	2578	MULTAS DE MORA	102,81 D	21,97	0,00	124,78D
4.2.1.2.01.0001	2547	TARIFAS BANCARIAS	244,14 D	331,00	0,00	575,14D
4.2.1.3		OUTRAS DESPEAS OPERACIONAIS	584,25 D	5.500,76	0,00	6.085,01D
4.2.1.3.01		DESPEAS TRIBUTARIAS	584,25 D	5.500,76	0,00	6.085,01D
4.2.1.3.01.0003	2646	IPTU	0,00	5.363,89	0,00	5.363,89D
4.2.1.3.01.0007	2684	IMPOSTOS E TAXAS DIVERSAS	584,25 D	136,87	0,00	721,12D
			212.151,44C	371.208,31	512.534,74	353.477,87C

BRASILIA-DF, 31 de Julho de 2010

EDILENE VASCONCELO DE FREITAS
PRESIDENTESIC SISTEMA INTEGRADO DE CONTABILIDADE
CONTADOR - CNPJ 05.200.141/0001-71 - CRC 001201/0